



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 30 DE JUNHO DE 998

Senhor Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General-de-Exército Benedito Bezerra Leonel; Senhor Comandante da Escola Superior de Guerra, General Expedito Hermes Rego Miranda; Senhoras e Senhores estagiários,

Esta é a quarta vez que tenho a satisfação de recebê-los como delegados da Escola Superior de Guerra, nessa viagem de estudos que fazem habitualmente pelo País. E, como nas ocasiões anteriores, quero destacar a minha satisfação em ver essa mescla de civis e militares que simboliza, verdadeiramente, uma integração, que é muito benéfica, sob vários aspectos, para o nosso país.

Em junho de 95, quando, pela primeira vez, recebi os estagiários da Escola Superior de Guerra, mencionei que o objetivo-síntese do meu governo, no campo interno, seria estabelecer a justiça social. Na época, apresentei um rápido diagnóstico das crises e das causas de o Brasil ser um país ainda injusto. E listei alguns problemas principais, grandes problemas econômicos, alguns de ordem estrutural, econômicos, outros eram vícios das relações do Estado com a sociedade.

De certo modo, tínhamos – como temos – instituições políticas que são inadequadas para o enfrentamento oportuno e eficaz dos desafios nacionais, um Estado mal dimensionado – o que não quer dizer que seja grande ou pequeno; é mal dimensionado dependendo de qual tarefa se tenha que realizar – e que, muitas vezes, se encontrava, e se encontra ainda, desvirtuado nas suas destinações fundamentais.

Pois bem, da primeira vez para cá, de junho de 95 para hoje, se passaram três anos, e, citando alguns objetivos intermediários que eu havia mencionado como primeira fase da ação governamental, creio que nós podemos ver até que ponto caminhamos em alguns desses aspectos, em algumas dessas fases intermediárias.

Eu citava três: a estabilidade da economia, as reformas econômicas, sociais e políticas – e dizia que esta última devia ser feita pelo Congresso – e a reforma do Estado. O primeiro objetivo, o da estabilidade econômica, nós conseguimos manter. Creio que a forma como nós enfrentamos desafios grandes, como aqueles ocorridos recentemente, como a crise da Ásia, são uma demonstração de que o Governo brasileiro – e o Estado, em sentido mais amplo – e a própria sociedade fomos capazes, em conjunto, de superar as dificuldades.

Talvez valesse a pena rememorar um pouco que essa não foi a primeira grande dificuldade que nós enfrentamos. Logo no início – digo, a partir do estabelecimento do Plano Real; a moeda foi trocada em julho de 94, e o Plano, propriamente dito, começou antes; a etapa fundamental foi a definição da URV, unidade de referência de preços que era uma mecânica inovadora, difícil –, a população brasileira, com muita sagacidade e com o apoio grande dos meios de comunicação, que explicaram tudo detalhadamente, percebeu logo o que significava.

Sempre me refiro ao saudoso Professor Simonsen, que dizia que a URV era uma espécie de “patinar no gelo”, porque podia dar certo, ir com muita velocidade, ou se podia tropeçar, porque nós estávamos, ali, lidando com um fenômeno delicadíssimo, que era uma espécie de hiperinflação provocada e controlada.

Deu certo, foi possível aplicar essa técnica. Mas não nos esqueçamos de que, em dezembro de 94, houve a crise do México. E a crise do

México dificultou que, em 95, nós fizéssemos os ajustes necessários, em termos de câmbio, de juros, etc. Tentamos fazê-los em março. Em março, houve muito problema com as nossas reservas, perdemos cerca de 10 bilhões de dólares, naquela altura, o que nos levou à elevação de taxas de juros.

Conseqüentemente, 95 foi um ano difícil. E mais difícil ainda porque, em seguida, nós tivemos que enfrentar um problema pouco conhecido, que era a crise bancária. Ninguém imaginava que, depois da inflação, os bancos se acomodassem à nova situação com tranquilidade. Os bancos haviam se habituado a trabalhar num regime altamente inflacionário. Trabalhavam com muita competência, mas, também, com muito pouca capacidade – por parte dos bancos, do Banco Central e do Governo, por consequência – de, efetivamente, avaliar o que estava ocorrendo no sistema financeiro.

Foi no segundo semestre de 95 que nós nos demos conta das crises sucessivas do Banco Econômico, do Banco Nacional e por aí adiante. Não foi fácil enfrentar essa situação, até porque nós não dispúnhamos de instrumentos legais para isso. Tivemos que criá-los na marcha: mecanismos que garantissem, ao mesmo tempo, o fundamental, que era a saúde do sistema financeiro, mas que não permitissem que os banqueiros que houvessem incorrido em deslizes ou, mesmo que não fosse em deslizes, em situações que eram insustentáveis se beneficiassem das medidas tomadas.

Então, nós tivemos que tomar medidas que, ao mesmo tempo, puniam os banqueiros – tomando os bens deles, inclusive todos os bens pessoais para que servissem de garantia – e criavam um mecanismo, que foi o Proer, para, usando o dinheiro, que é não do Tesouro, mas do próprio sistema financeiro, que fica à conta do Banco Central, financiar a recompra desses bancos por outros banqueiros; e, ao mesmo tempo, garantiam que os depositantes não perdessem os seus recursos, porque, se perdessem, aconteceria o que aconteceu na Venezuela.

Eu havia ficado profundamente impressionado com uma conversa que tinha tido, em 95, com o Presidente Caldera, que me disse que, por causa de um banco, a Venezuela perdeu 7% do PIB, porque não tomou

as medidas necessárias e deixou o banco ir à falência. Não é porque o banco vá à falência. É que, quando o banco vai à falência, os depositantes do banco também, muitos deles, vão à falência, e, aí, se cria uma cadeia difícil de controlar.

Então, nós tivemos que criar um mecanismo para evitar que houvesse esse processo. Claro, sofremos muitas críticas, é natural, incompreensões e, às vezes, má-fé. Mas, hoje, está-se vendo que o Japão está tentando conseguir um Proer e, até hoje, não conseguiu. Só que lá é no nível de 540 bilhões de dólares – meio trilhão de dólares –, para poder sustentar o sistema financeiro. O nosso, aqui, tem cifras bem modestas, comparadas com essas.

O fato é que nós conseguimos manter a economia sob controle, apesar de que a crise financeira foi muito forte e provocada como consequência da aterrissagem da inflação e do fato de que houve, em 94, a crise mexicana, que, por sua vez, nos levou a elevar as taxas de juros – e isso aumenta a inadimplência.

Em 96, tivemos um ano mais tranqüilo e fomos navegando mais tranqüilamente até outubro de 97. Em outubro de 97, mais uma vez, fomos afetados pela crise da Ásia. E isso é história mais recente. Toda gente sabe que nós tomamos decisões duras. Eu estava na ilha Margarita, para uma reunião da Cúpula Ibero-Americana, se não me falha a memória, e voltei correndo, porque percebi a gravidade da situação mundial e os efeitos que ocasionaria ao Brasil. Conversei com muita gente lá, pessoalmente e pelo telefone, e, de um dia para o outro, nós tomamos sérias medidas, que levaram, de novo, a uma elevação drástica da taxa de juros, com todas as consequências que advêm disso: paralisação do crescimento da economia e rápido aumento de desemprego. Mas salvamos a economia, no seu conjunto.

As reservas caíram muito, em seguida à crise de outubro. Mas, hoje, as reservas voltaram a ter níveis acima de 70 bilhões de dólares. Não sei exatamente: neste momento, devem ser 73-74 bilhões, comparados com 60 e poucos que nós tínhamos antes da crise de outubro e com os 20 que tínhamos quando assumi o governo. Houve um aumento muito grande das reservas. Esse colchão de segurança é fundamental no mun-

do globalizado, porque é ele que permite que o governo tenha a capacidade de enfrentar crises especulativas, porque os especuladores sabem que, havendo decisão política, como houve aqui, eles pagam um preço alto. Não quero entrar em detalhes, mas bancos brasileiros quebraram porque jogaram contra o Real – e jogaram lá fora e aqui dentro. E muita gente perdeu também porque o Banco Central teve condições de enfrentar aquela emergência.

Se não se tivesse feito isso, a situação nossa seria equivalente à da Indonésia de hoje, à da Malásia, essa desorganização perigosa e que está, realmente, corroendo as possibilidades do Sudeste Asiático até agora. A crise continua larvar, em alguns setores, até mais do que a lavrar. E, se, em um primeiro momento, fazem a desvalorização da moeda, para não aumentar a taxa de juros, em um segundo momento aumentam a taxa de juros, desvalorizam mais e paralisam o crescimento da economia. Ela passa a ser negativa e entra em uma espiral realmente muito complicada, que é o que está acontecendo em alguns países do Sudeste da Ásia.

Então, isso mostra que, de toda maneira, nós conseguimos, apesar dessas dificuldades, manter o valor do Real, da moeda, mantendo a economia brasileira em condições de navegação. E a estamos pilotando para que, de novo, agora, já se vejam os primeiros sinais disso. Eu disse, quando, em outubro, tomamos as decisões duras, que tomava decisões pelo Brasil, às custas da minha popularidade, que não me preocuparia com isso, em função do interesse nacional, mas disse também que eu tinha a confiança de que aquelas medidas, uma vez respaldadas – e foram respaldadas pelo Congresso Nacional, com muita presteza –, teriam como consequência a possibilidade de nós retomarmos uma situação de maior estabilidade, de maior crescimento, coisa que espero que, neste segundo semestre seja mais visível, mais palpável.

Bem, então, com relação a esse objetivo que eu mencionei, da estabilidade da economia, creio que isso é indiscutível. Uma economia que suportou duas crises internacionais e que continua com a sua inteireza acho que é uma economia que tem muitas condições de avançar.

Diga-se de passagem que ontem estive no Rio de Janeiro, num seminário de investidores, da Gazeta Mercantil, e, quando mencionei o dado de que o ano passado nós tínhamos recebido 16 bilhões de dólares de investimento direto, capital que vem para indústrias, e que este ano, provavelmente, nós vamos ter 20, o Dr. Luiz Fernando Levy, presidente da Gazeta Mercantil, me passou um bilhetinho, dizendo que a Gazeta Mercantil fez um levantamento e que até o ano 2003 ele tem computados, projeto por projeto, investimentos que somam 440 bilhões de reais, meio PIB brasileiro. Esse, portanto, é um sinal positivo do que acabei de dizer. Quer dizer, nós mantivemos a economia em condições de flutuação e, agora, de deslanchar, porque há investimentos que estão vindo.

Bem, o outro item que mencionei, que é preciso comentar aqui, é o das reformas sociais e políticas e o de ver de que maneira nós vamos fazer com que a política econômica implique, também, uma inclusão social. É fato comum, de conhecimento de todos, embora freqüentemente seja esquecido, que houve uma redução no percentual da população que estava em situação de pobreza. Passou de 35%, em 94, para 25% em 97. Isso corresponde a, mais ou menos, 13 milhões de pessoas.

Isso é indiscutível. Quer dizer, quando se faz a separação entre o econômico e o social, diz-se: "Ah, a economia vai bem, mas não está se olhando o social." É porque não estão querendo ver que há uma relação direta. A relação mais imediata se dá através dessa verificação de que houve, realmente, uma inclusão da população que estava fora do sistema produtivo, do sistema de comércio, de mercado, e que foi incluída nele.

Mas, mais do que isso, não apenas me refiro a que o Real permitiu a inclusão de pessoas, mas me refiro, também, ao fato de que o aumento médio real dos trabalhadores, nesses 4 anos, foi de 24%. Dir-se-á: "Bom, esses são os que estão na economia formal." O único dado que conheço – não sei se existe outro, não consegui achar –, uma análise da renda do setor informal, é de uma pesquisa que foi feita no Rio de Janeiro. E essa pesquisa mostra que, com o Plano Real, o setor informal recebeu um aumento de renda maior do que o setor formal. A razão é simples. É que o setor informal, basicamente, está ligado a serviços, e os

serviços são, na linguagem dos economistas, *non-tradables*, quer dizer, não se pode importar serviço.

Então, quando se abre a economia e se estabiliza a moeda, tudo que é importável acaba tendo como preço de referência o preço mais baixo, de fora ou de dentro. Pois bem, então, quando começa a subir o preço aqui, importou-se, o preço tende a cair, porque tem que haver uma equalização. Serviços não se podem importar. Médico não se importa, escola não se importa, *manicure* não se importa, cabeleireiro, nada disso é importável. Então, numa primeira fase da estabilização, esses preços sobem.

O setor informal é o eletricista, que “quebra um galho”, ou o encanador, ou a empregada doméstica, que não está registrada; pertencem a esse lado da economia, o lado que, num primeiro momento, tem uma puxada de preço maior, uma puxada de renda maior. Então, efetivamente, há um certo desafogo para essas camadas. Houve, portanto, não apenas estabilidade, mas também, efetivamente, um certo aumento de inclusão social.

Amanhã, nós vamos ter o quarto aniversário do Real, e o Governo vai distribuir – até pedi que antecipassem essa distribuição, não sei se distribuíram aqui – aos senhores um folheto onde os dados relativos às consequências do Real estão compilados, e são todos dados oficiais – estão para ser distribuídos, não é? Nele se pode ver, comprovar – eu não preciso entrar em detalhes para sustentar isso – essa afirmação que faço.

Bem, o segundo objetivo estava relacionado não com estabilidade e com a inclusão econômica, mas com as reformas. Bem, é claro, nós, aí, poderíamos ter andado bastante mais depressa. Os esforços foram e continuam sendo ingentes, ainda hoje. Ainda hoje fico telefonando para lideranças do Congresso, para saber se vota ou não vota, quando vota. Isso, o Vice-Presidente, colaborador insubstituível, está o tempo todo, também, coordenando, lutando.

Mas é o jogo democrático, ele implica uma negociação complexa, não depende de o Executivo apertar um botão. É preciso que haja um convencimento, uma negociação em termos do interesse nacional, mas também em termos das aspirações dos setores políticos. É complicada,

mas nós avançamos, inegavelmente, no que diz respeito, pelo menos, a alguns dos objetivos das reformas. A reforma administrativa se completou. Os efeitos serão para o ano que vem. As reformas econômicas básicas de flexibilização de monopólio também foram alcançadas. E nós estamos na fase final da reforma da previdência, com as dificuldades sabidas.

Mas mais importante do que isso seriam as modificações a serem feitas dentro das próprias políticas do Governo. Nesta manhã, fui, rapidamente, assistir à abertura de um seminário internacional sobre educação à distância no Brasil e fiz um certo esforço de memória para dar um balanço do que nós fizemos na área da educação. A área de educação é uma área crucial, como todo mundo sabe. E mais ainda agora, que vamos partir para um mundo globalizado, que é um mundo de incertezas. Não é um mundo determinado pelo mercado: isso é uma visão muito simplista. É um mundo cheio de incertezas, no mercado e fora dele, e que vai depender, muito mais do que do mercado, das nações, das pessoas, da capacidade de as pessoas tomarem decisões que tirem o proveito possível das circunstâncias externas e também das circunstâncias internas. E a educação é chave para o nosso acesso a um mundo do futuro com maiores oportunidades de bem-estar para a população, de desenvolvimento do País, até mesmo de grandeza nacional.

E todos os que mexem com educação – e, aqui, nós todos ou muitos de nós, ministros, somos professores; fui, a vida inteira, e sou de uma família que tem muitos professores – a vida inteira disseram que a questão central na educação era a educação de base, era acabar com o analfabetismo, era dar escola a todas as crianças. Trabalhei com um educador, em São Paulo, chamado Fernando de Azevedo, que foi meu professor. Trabalhei com Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – outro educador. Havia um outro, Lourenço Filho. Grandes educadores da década de 40, 50, até 60. A idéia de todos eles sempre foi a mesma: é a de que ou o Brasil dava educação a seus jovens e combatia o analfabetismo ou não haveria nem progresso, nem cidadania e seria, portanto, uma democracia capenga.

Então, o governo atual resolveu tomar a sério a necessidade de enfrentar a educação de base, a escola primária. Concentramos os nossos esforços, primeiro, na escola primária. E, aí, creio que houve mudanças substanciais. Nós, hoje, dispomos de classe para – e não foi feito por este governo, vem vindo, nós aceleramos – 95%, 96% das crianças em idade escolar. Hoje, nas escolas do Brasil, nas escolas básicas, de curso primário, nós temos entre 34 e 35 milhões de crianças. Costumo dar esses dados quando estou no exterior, porque poucos países têm essa população – 34 a 35 milhões de crianças!

Todos os dias, essas crianças têm uma refeição gratuita, que o Governo paga, o Governo Federal: redistribui-se, faz-se localmente, mas é o Governo Federal que paga. Nas zonas mais pobres, áreas em que o Programa Comunidade Solidária atua, aí, nós dobramos: são duas refeições. Agora, no Nordeste, por causa da seca, no mês de julho, eles vão ter refeição também, apesar de estarem em férias. Ou seja, é um programa que, ao mesmo tempo, abrange, crescentemente, crianças em idade escolar, nas escolas, para sua educação, mas também dá condições de nutrição a essas populações que estão nas escolas.

Fizemos um programa de valorização do professor, nas áreas mais pobres. No Brasil, há um Fundo de Valorização do Professorado, em que o Governo Federal entra com uma certa parte e os governos estaduais com outras partes; e os municípios podem aumentar os salários dos professores, que é algo de muito significativo também, porque é preciso melhorar o nível de vida do professorado.

Mas, tão importante quanto pagar um pouco melhor – e ainda é pouco – é dar condições melhores de formação. O que fizemos para isso? Modificamos todos os currículos escolares. Chamam-se parâmetros curriculares. Foi um esforço imenso de centenas de professores para refazer os parâmetros curriculares. E 600 mil professores receberam, em suas casas, um *kit* com 10 livros, que contém os parâmetros fundamentais para cada uma das disciplinas do ciclo básico, dos primeiros 8 anos do ciclo básico. Então, está melhorando a qualidade.

Fizemos um programa para julgar os livros didáticos. Não se é obrigado a comprar esse ou aquele livro. O professor opta pelo livro. Mas

ele sabe: existem comissões de professores avaliando os livros, se publica isso ou não. Claro, muitas editoras perderam dinheiro, porque estavam habituadas a vender livros de má qualidade. E muitas editoras, que ninguém nem conhecia, passaram a receber compras maiores, porque fizeram livro de melhor qualidade. Não se obriga, é aberto, mas se sabe, se faz a avaliação do livro.

Além disso, nós criamos um programa, criamos não, ampliamos o programa de distribuição gratuita de livros. Nesse folheto que vão receber há um equívoco: diz-se aí que nós distribuímos 64 milhões de livros. Como tenho boa memória para números, li, hoje de manhã, esse folheto e chequei com o Ministro da Educação, porque eu tinha repetido que eram 116 milhões o ano passado e 140 este ano. Razão tenho eu: são 116 milhões de livros que foram distribuídos gratuitamente. Com uma diferença: é que esses livros, no passado, chegavam no meio do ano, não serviam mais. Agora, estão sendo recebidos a tempo e a hora, porque mudamos a gestão, no Ministério da Educação.

Mais do que isso, nós criamos um sistema de educação à distância. Nós colocamos mais de 50 mil conjuntos de televisão e temos, durante 3 horas por dia – e se repete esse programa várias vezes ao dia, até porque nós temos horários diferentes no Brasil –, um programa específico, que é recebido por esses aparelhos, para treinamento de professores e de gestores das escolas.

Nada disso dá um resultado imediato. Mas nós mandamos fazer uma avaliação, que eu recebi hoje – por causa desse seminário do qual participei –, feita pela Professora Sônia Draibe, que é da Unicamp: 75% de aceitação e de referência positiva a esse programa, por parte dos usuários, o que é uma taxa bastante elevada para um programa que tem dois anos de implementação.

Enfim, nós concentrarmos muito esforço em refazer as bases do ensino no Brasil a partir da escola fundamental. Agora estamos mexendo com o ensino secundário. Este ano, o Brasil chegou a um recorde de 7 milhões de pessoas inscritas nos ginásios, no segundo ciclo – 7 milhões!

Isso significa que o curso primário melhorou. Isso significa o aumento de uns 30% da matrícula básica, 30% a 40% nesses três anos, no

curso secundário. Significa que o curso primário está “produzindo” mais gente, o que força o secundário.

Estamos modificando agora, também, o curso secundário e o curso técnico. Aprovamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A universidade está mais queixosa. Terá até suas razões para estar queixosa, porque nós não conseguimos aprovar a lei, que está no Congresso, de autonomia da universidade. Não se conseguiu fazer avanços maiores, embora no setor de ciência e tecnologia tenha havido avanços bastante significativos.

Mas não se arruma a casa toda de uma vez. Tínhamos que começar por onde parecia mais necessário e mais urgente, que era na educação. E, aí, nós atuamos fortemente. Também, fizemos programas para dar recursos diretamente à diretora da escola, saltando as pressões políticas, saltando, de toda maneira, essa intermediação que, na educação, não cabe, entre o sistema político e os resultados.

Bem, também na saúde começamos a mexer fortemente. Tenho visto muitas críticas sobre o uso da CPMF. A CPMF arrecadou, mais ou menos, 7 bilhões de reais, um pouquinho mais. Este ano, o orçamento da saúde é de 20. Logo, a CPMF cobre um terço da saúde.

Fazem, muitas vezes, uma retórica, utilizando fontes, essa coisa complicada que é o Orçamento. Então, a fonte da CPMF foi usada para outra coisa. Mas outras fontes foram usadas para a saúde. Houve um intercâmbio. O fato é que, quando assumi o governo, a saúde tinha um gasto de 64 dólares *per capita*; hoje tem 112. Então, dobraramos.

Ter-se-á resolvido a questão da saúde? Certamente não. Saúde não se resolveu nem nos Estados Unidos nem no Canadá nem na Inglaterra. Aqui, muito menos. Os gastos nossos, comparados com os desses países, são ridículos. Mas a gente faz o que pode, não tudo o que se quer. Dobramos o gasto com a saúde.

Mas houve uma mudança mais importante do que dobrar gasto: é a orientação. A orientação passou a ser muito mais preventiva e maciça do que hospitalar. E aí houve resultados. Nós tínhamos 28 mil agentes comunitários de saúde. Nós temos, em maio deste ano, 68 mil. O que faz o agente comunitário de saúde? Ele vai à população mais pobre e dá a assistência básica.

Estamos mudando o programa, agora, de agentes comunitários, para o que nós chamamos de médicos de família. São unidades onde há um médico, uma enfermeira, uma ajudante de enfermeira e vários agentes comunitários, porque isso melhora a qualidade. Resultado: uma queda drástica da taxa de mortalidade infantil nas áreas atendidas pelos programas de agentes comunitários de saúde.

Nas áreas mais pobres, que são acompanhadas pela Pastoral da Igreja Católica, que ajuda a infância, a queda foi de 50%. Caiu pela metade a taxa de mortalidade infantil. No Brasil, em geral, é um pouco menos do que isso, mas caiu fortemente. Ainda está elevada. Ainda é elevada, mas está em franco processo de queda.

Então, também na saúde houve avanços, avanços significativos nessas matérias de saúde mais básica. E todos estão vendo, agora, o esforço imenso do Ministro Serra para atacar a questão hospitalar, a questão do desperdício, dos abusos, da falsificação de remédios, da desatenção ao doente, porque isso é muito importante dizer que existe também. Estamos fazendo um programa de treinamento para agentes que auxiliam nos hospitais, abrangendo 300 mil pessoas, para que as coisas melhorem. Enfim, mexemos bastante.

Não quero cansá-los. Poderia dar-lhes muitos números, mas só abordarei um tópico, dos mais debatidos, pelo menos pela imprensa, que é a reforma agrária – em que, aliás, está-se falando menos agora. Por que se está falando menos? Porque se faz mais. Nós estaremos, até o fim deste ano, assentando cerca de 300 mil famílias. É muito? É pouco? Não sei. O Brasil nunca assentou tanto, em toda a História. Pode ser pouco, mas nunca, em toda a História, fez 300 mil. Agora, em três anos e meio, quatro anos, assentamos 300 mil famílias – com um custo elevado, programas bastante caros.

Fizemos um programa chamado Pronaf – de assistência ao pequeno agricultor –, que começou neste governo. No primeiro ano, atendemos 30 mil pessoas. No ano passado, 500 mil. Neste ano serão mais, porque nós pusemos à disposição desse programa quase 2 bilhões de reais. E a taxa de juros para esse Pronaf era de 6,5% e nós baixamos para 5,75%.

Se a inflação for de 4%, a taxa de juros é de 1,75%. E, geralmente, tem prazo de carência de um ou dois anos.

Então, há programas que estão mexendo ainda na base da sociedade.

O terceiro objetivo que gostaria de mostrar, enfim, seria a questão da reforma do Estado, vista de um outro prisma. Claro que a economia está estável. Conseguimos enfrentar as dificuldades. Não estamos crescendo o quanto podemos. Precisamos crescer mais. Temos que baixar a taxa de juros; estamos fazendo o possível e o impossível para baixá-la, nas condições do mundo. Há investimentos. Haverá crescimento. Mexemos nas políticas sociais, sempre na direção de atender a quem precise, de universalizar, de chegar ao mais pobre. E claro que o mais pobre não faz barulho. Quem faz barulho é quem tem mais acesso aos meios de comunicação. Então, qualquer coisa que beneficie ou não beneficie quem mais tem, mais barulho faz. Quando você beneficia a quem não tem voz, não faz barulho. Mas o objetivo do Governo não é fazer barulho. É melhorar as coisas.

Pois bem, além disso, acho que é muito importante entender o que nós estamos fazendo com a estrutura do Estado. E, aí, são dois temas inter-relacionados: as privatizações e as novas agências. No caso da saúde, da educação, da reforma agrária – na reforma agrária, não conseguimos ainda –, mas da educação e da saúde, o que nós estamos fazendo? Estamos descentralizando, desburocratizando, indo direto e tentando chegar à base da sociedade. No que diz respeito aos grandes órgãos do Estado, que lidam com a infra-estrutura, petróleo, energia, elétrica, estradas, etc., estamos privatizando e criando agências novas.

Por que privatizar? Creio que já me referi, mais de uma vez, a esse tema. Não tenho nenhuma obsessão ideológica por privatizar. Também não aceito a idéia de que o Estado é mau patrão. Pode ser mau e pode ser bom, como no setor privado tem bom e tem mau. Não é por aí. E nem sou favorável a privatizar tudo. Não é isso. O problema é outro. O problema é que nós construímos, no Brasil, um setor estatal importante, competente em muitas áreas: na área de telecomunicações, muito competente – quando foi feito, avançou bastante; na área de petróleo;

na área de energia elétrica. O Estado brasileiro é um Estado, hoje, bastante equipado.

Bom, se ele é bastante equipado, por que vamos abrir mão desse equipamento? Um dado é real: nós temos uma dívida interna muito alta e precisamos baixar essa dívida, para poder baixar a taxa de juros, etc. Isso é uma maneira de o Estado resolver problemas de dificuldades financeiras. Mas essa não é a razão principal. A razão principal, a meu ver, está do outro lado. É que o Brasil, hoje, está pronto para dar um grande salto. Nós estamos entrando no próximo século preparados para dar um grande salto, e esse grande salto exige investimentos de infra-estrutura muito grandes. E o Governo não tem recursos, o Estado não tem recursos.

Como fizemos o que temos hoje na mão do Estado? Com impostos. Como se fez a Petrobras? Com imposto. Como se fez o sistema elétrico? Com imposto. Tudo foi feito com imposto. Hoje, quem falar de imposto é corrido. Por quê? Porque, hoje, nós temos uma carga tributária bastante elevada. Não passa mais imposto. É difícil passar imposto. E criou-se a idéia de que aqui, no Brasil – é mais ou menos verdadeiro –, nem todos pagam. É verdade, todos deviam pagar, por isso nós estamos lutando contra a sonegação, etc., etc. Mas criou-se uma outra idéia: a de que aqui se paga muito imposto. Não quero nem discutir isso, porque sai no jornal, e vou ser mais penalizado do que custumo ser, em geral, por essas questões. Mas é só comparar o Imposto de Renda no Brasil com o de outros países para se ver que essa idéia de que aqui se paga muito imposto não é verdadeira. Repito: não estou propondo aumento de Imposto de Renda, senão o que se vai noticiar é que estou propondo. Não. Estou reconhecendo o fato de que, na situação atual do Brasil, não há espaço para o aumento de impostos.

Mas há a necessidade do aumento de investimento. Há necessidade imperiosa e há capitais dispostos a investir, privados, nacionais e estrangeiros. A única maneira de nós avançarmos com rapidez, na infra-estrutura, para podermos seguir adiante com o crescimento do Brasil, é, portanto, fazer apelo aos capitais privados, para que eles, sob a forma

de concessão de serviços públicos, ou sob outras formas, participem desse esforço.

Vou dar um exemplo, só, que diz respeito à questão da energia elétrica. Nós estávamos com um grande perigo de termos falta de energia elétrica, de energia, em geral. O ano passado foi difícil, dependia das chuvas. As obras estavam paradas.

Só para dar um exemplo significativo: a hidroelétrica de Xingó, lá pertinho, até, do Vice-Presidente Marco Maciel, lá em Alagoas e Sergipe, tem 6 grandes unidades geradoras e ela produz, mais ou menos, 2.500 megawatts. É bastante importante. Desses 6 máquinas, 5 foram feitas no meu governo. Cinco foram feitas agora, correndo, porque não havia nada, tudo estava parado, não tinha recurso, não tinha organização. A inflação minou tudo.

Fui recentemente a Tucuruí dar ordem para dobrarem a produção de Tucuruí. Lá, só no Estado de Goiás, me disse o Governador, nós estamos com 31 projetos em análise para execução. Fui a Goiás, outro dia, e, em Serra da Mesa, inaugurei uma unidade produtora; no mesmo dia, apertando um botão, lá embaixo, em Corumbá, no sul de Goiás, inaugurei outra unidade produtora de energia elétrica.

Esses dois botões que apertei produzem energia suficiente para iluminar Brasília. Só que o Brasil cresce algumas Brasílias por ano, em matéria de fome de energia. Nós retomamos, praticamente, todas as obras que eram retomáveis. Não vou cansá-los, mas, no Rio Grande do Sul, acabamos de retomar Candiota III; lá no Jacuí; Machadinho, Itá, Jorge Lacerda, em Santa Catarina. Aqui, em Minas Gerais, várias. No Rio de Janeiro, umas 10 ou 12.

Nós não teríamos condições de fazer isso com o dinheiro público, porque não há dinheiro. Não há dinheiro. E os que são ligados à administração sabem que para o dia-a-dia já é uma dificuldade. Imaginem investimentos do vulto que significa, hoje, um investimento para energia elétrica. Estamos fazendo, com dinheiro público, Angra II, de energia nuclear. Mas o Brasil vai ser, crescentemente, um grande consumidor de energia.

Abrimos a questão do gás. Fomos buscar o gás da Bolívia, que era um sonho antigo. Hoje, não é sonho, é realidade: tubos estão sendo cravados no coração do Brasil e vão chegar até o sul. Buscamos energia também na Venezuela, lá para cima, para Roraima: a energia de Guri. Pegamos o gás no Urucu, no Amazonas, estamos fazendo e vamos ter energia para partes da Amazônia que não tinham energia.

Enfim, isso tudo requer uma parceria entre o setor público e o setor privado, por razões muito simples: porque tem que atender melhor ao crescimento do País e à população.

Na telefonia, isso é óbvio. Quer dizer, o sistema telefônico estava a ponto de entrar em colapso. Ele foi bom, num certo momento. Depois, o Brasil cresceu bastante, e ele ficou para trás. Nós temos que recuperar o tempo perdido. Agora, para que isso se faça, não basta fazer a privatização. É preciso que haja órgãos do Governo capazes de controlar o que está sendo feito nesses setores, que são estratégicos, com as concessões que são dadas. Daí a criação da Aneel, que cuida da eletricidade; da Anatel, que cuida de telefone; da ANP, que cuida do petróleo; e, no futuro, da agência de transportes.

Essas agências vão ter muito poder fiscalizador, regulador e motivador, para que os contratos que são feitos sejam cumpridos, para não acontecer o que aconteceu com a Light, no Rio de Janeiro. Se bem que se viu, depois, que o crescimento do consumo, no Rio de Janeiro, foi de 30%. Então, estourou tudo, porque realmente – também é fruto do Real – compraram muitos aparelhos de refrigeração, houve muita pressão, e a rede era muito ruim. Agora, eles têm que correr, de toda maneira, e é preciso que o órgão fiscalizador esteja em cima.

Os contratos que estão sendo feitos agora, com a Telebrás, vão exigir que, em cada cidade de 1.000 habitantes, haja um telefone; que nas grandes cidades, a cada 300 metros, haja um orelhão; que as tarifas caiam e que o atendimento seja quase imediato, como é em qualquer país avançado do mundo: em 24, 48 horas você tem telefone em casa.

E isso precisa ter uma agência controladora, que nós criamos. Essas agências são aprovadas pelo Senado, e os comissários – se eu posso chamar assim –, nessas agências, têm um poder enorme, e não passam

pelo poder da “politiquice”, pelo menos não devem passar, não foram indicados.

Todo mundo dizia: “Vai dividir com o PFL e o PSDB.” Nada. Nomeei quem era competente – pelo menos o que me foi dado como competente – sem qualquer tipo de pressão política – pressão pode ter havido –, ou de concessão política. O Vice-Presidente sabe disso. Qual é o currículo? É pessoa do ramo? É pessoa independente? É pessoa capaz? E estão lá. Esses senhores e senhoras realmente devem ser muito cuidadosos na administração desta massa de recursos – que é de serviços públicos: não é do Estado, mas vai servir ao público.

Tudo isso foi feito com muita clareza, com muita limpeza. Há agências internacionais avaliando, discutindo. O Congresso também. Não há rumores de má utilização desses recursos. Quando alguém insinuou que haveria uso político desses recursos, eu, imediatamente, mandei processar. Nunca fiz isso com ninguém, mas, em matéria de utilização de recurso público, não posso admitir que se levante uma suspeita. Ou há suspeita, há indício, e, então, tem que dizer qual o indício, para a gente punir; ou, então, há leviandade. Não existe; é tudo feito em mercado, no leilão, aberto e discutido.

Agora mesmo se discute o valor da Telebrás. Esqueceram-se de dizer que o Governo dispõe, hoje, de menos de 20% das ações da Telebrás, porque elas foram vendidas por outros governos – ninguém nem sabia –, provavelmente, pelos administradores, sem que houvesse conhecimento da sociedade ou do setor político. Hoje, nós não temos nem 20%. Eu não sei exatamente quanto por cento, se 19% ou 18%. Então, se vender por 20 bilhões, vendeu por 100, porque nós estamos vendendo a quinta parte do valor dos ativos – a quinta parte. Então, quando não se dá a explicação, joga-se com números. E número é algo muito difícil, porque sempre permite dar interpretações – quando não se dá o contexto – muito variadas. Então, “Ah, está subavaliada.” Não. É preciso ver quanto vale cada ação. E, aí, vai-se ver que não há subavaliação nenhuma. Aliás, se for subavaliada, vai haver uma imensa competição, e sobe o preço, tem o ágio no leilão.

Enfim, acho que nessas coisas todas é importante se ver que houve modificações na estrutura do Estado. São claras, são nítidas, são feitas

com esse propósito. Não há outro propósito. E nós, nesse sentido também, avançamos.

Falo muito e não quero cansá-los, ainda mais que estou meio gripado. Mas não queria deixar de mencionar pelo menos dois itens que acho que requerem, neste encontro nosso aqui, um esclarecimento por parte do Presidente da República. Um é a questão do desemprego. Não há como negar que nós vivemos em um mundo de incertezas e em um mundo em que, pelo modo de produzir, se economiza mão-de-obra. Isso é problema geral do mundo. O setor industrial, que era o grande absorvedor da mão-de-obra que vinha do campo, deixou de sê-lo.

A Europa teve um problema semelhante no século passado, quando a indústria começou também a absorver a mão-de-obra, mas não tinha a capacidade de absorver toda a mão-de-obra que vinha do campo, porque no campo cai drasticamente a população economicamente ativa. O que a Europa fez? Exportou, mandou para fora milhões de pessoas. Migraram para diminuir a pressão. Qualquer um que tenha lido os romances de Charles Dickens, da Inglaterra, sabe disso, o que era a Inglaterra no século XIX, na Revolução Industrial. Era muito sofrimento, porque não havia como absorver o que vinha do campo.

Aqui, no Brasil, há também uma queda grande. Mas, ainda assim, nós temos 20% da população economicamente ativa no campo. A tendência é diminuir. Isso é universal. Vai diminuir. Nós estamos tomando políticas de reforma agrária, de apoio ao pequeno produtor, para evitar que isso seja rápido. No passado, quando a indústria absorvia, era mais fácil. Agora, o setor que absorve é o setor de serviços. Em todo o mundo. Não é só no Brasil, não: no mundo todo. O setor de serviços requer um certo tipo de formação diferente do setor industrial. E o setor industrial que continua absorvendo mão-de-obra é de alta qualificação.

Então, só há uma saída: é dar mais qualificação à mão-de-obra. Nós temos os programas do FAT—Fundo de Amparo ao Trabalhador, em que treinamos, nesses anos, 4 milhões de trabalhadores. Claro que ninguém sabe, não tem placa do Governo Federal. São convênios nos sindicatos, nas empresas, em todo lado. Mas estamos retreinando trabalhadores. É fundamental. E volto ao tema da educação. Se nós quisermos

mos enfrentar a questão do desemprego no futuro, temos que melhorar a qualificação da mão-de-obra, porque os empregos que estão sendo criados – e serão criados por esses bilhões de investimentos que mencionei – não são empregos para mão-de-obra não-qualificada. Estamos, obviamente, também, até acelerando a construção civil, a infra-estrutura, porque esses, sim, absorvem mão-de-obra não-qualificada.

Mas há um problema aí. Nós, na verdade, estamos sofrendo, no Brasil, efeitos, digamos assim, de ordem diferente sobre a questão do emprego. Um é esse que mencionei, da mudança do modo de produção. Tecnologia avançada não emprega mão-de-obra e cria um setor terciário, de serviços, maior do que o industrial. Isso é geral no mundo. O outro é um fenômeno específico: estamos realocando a nossa indústria. Está saindo do Centro-Sul e se espalhando pelo Brasil. O exemplo que dou sempre – e vou repeti-lo – é o da indústria automobilística, que já tínhamos em São Paulo e em Minas, quando iniciei o Governo. Hoje, nós temos mais fábricas em São Paulo, mais fábricas em Minas, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Estamos estudando a implantação na Bahia, em Goiás, em várias partes, para ampliar. Isso desloca mão-de-obra.

Estive, agora, no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, dentro de três anos, será o novo pólo de desenvolvimento industrial metalomecânico. É um novo pólo impressionante, com uma grande fábrica da General Motors e, acopladas a ela, 19 outras fábricas de auto-peças. E, mais adiante, a Ford, a GM em Gravataí, a outra é lá perto de Porto Alegre também. Vão fazer a mesma coisa. É um outro pólo. No Paraná, há um pólo também de desenvolvimento, com a Chrysler e outras mais. E a indústria mais tradicional, têxtil, está indo para o Nordeste, em grande proporção.

Bom, os nossos indicadores de desemprego só medem 6 cidades. Não medem o conjunto do Brasil. Não há dados sobre o Brasil. Há dados sobre 6 cidades, a principal das quais, com maior peso, é São Paulo, é a Grande São Paulo. A Grande São Paulo está sofrendo um problema real duplo: primeiro, esse que eu mencionei, do geral, do mundo. Segundo, o fato do deslocamento do setor empresarial. Mas

nós temos que, aí, acrescentar um terceiro elemento, que já mencionei, que é a crise da Ásia e o aumento da taxa de juros, que diminuiu a taxa de crescimento.

Nós nunca deixamos de ter uma oferta de emprego crescente no Brasil. Podem ver os dados aí: durante o Plano Real, não foi o Real que impediu o crescimento do emprego. Ele diminuiu quando houve a crise da Ásia. O que acontece é que nós temos que crescer numa proporção maior do que a proporção do crescimento da população economicamente ativa.

E nós estamos absorvendo, na força de trabalho, hoje, pessoas que nasceram há 20 anos, quando a taxa de crescimento da demografia era de 2%, 2,5%. Hoje é de 1,4%. Hoje, o crescimento da PEA – da população economicamente ativa – é de 2,8% por ano. Para absorver isso, é preciso termos crescimento de uns 6% da economia.

Então, mesmo que estejamos crescendo – e nós crescemos na indústria, de 94 para cá, 25%, não houve nenhum ano de recessão, nenhum ano de recessão; o pior ano deve ser este, que deve estar por uns 2%, mas nos outros anos foi por volta de 3,4% – mesmo assim, a oferta de mão-de-obra é maior do que a capacidade de crescimento que nós temos demonstrado.

Daí a imperiosidade das reformas, para permitir a baixa da taxa de juros, para permitir uma taxa de crescimento maior. Esse é o nosso desafio. Esse desafio pode ser assumido. O problema do desemprego, no Brasil, não é igual ao problema do desemprego, digamos, na Espanha, onde não há o que investir com velocidade, não há um setor agrário nem fronteira agrícola. Aqui, não, nós temos mais fatores positivos.

Os nossos índices estão no livrinho que os senhores receberam. Vêremo os dados. Os índices do IBGE oscilaram entre 5% e 6% ao ano, até o ano passado. Cinco e 6%: comparem-se com os 4,7% dos Estados Unidos, onde todo mundo diz que “estamos numa fase áurea do emprego”. Por volta de 5% é a taxa média, quando a economia está quase no pleno emprego. Por quê? Por causa do desemprego fictional, dos que mudam de emprego.

Agora, nós atingimos 8%. Já é mais preocupante, porque passou dos 5%, 6%. Vamos ter que combater fortemente essa elevação, e estamos tomando várias providências nessa direção.

Por último, embora saindo um pouco do encadeamento lógico da exposição, um pouco apressada; que lhes estou fazendo, não quero deixar de falar sobre o Ministério da Defesa, porque creio que é matéria que tem a ver diretamente com os senhores e com as senhoras também. Estamos preocupados com a questão da defesa nacional.

A criação desse Ministério faz parte do objetivo de modernização do Estado. Eu pedi ao Estado-Maior das Forças Armadas—EMFA que fizesse estudos preliminares, que foram feitos, expedi uma diretriz a esse respeito no ano passado, em outubro, criando um grupo interministerial para prosseguir os estudos que o EMFA tinha iniciado. Eu queria que essas medidas estivessem prontas, para iniciarmos a implantação para o quarto trimestre deste ano, e que as três Forças Armadas aí estivessem. O que interessa a nós é a otimização do sistema de defesa brasileiro.

Outro dia, um comentário me deixou preocupado e aborrecido. Não é porque não pode ter mais ministro militar. Isso não. Isso é passado. Pode ter ministro militar à vontade. Eu posso nomear um general para ministro do que eu quiser, educação, transportes... Aqui é como aqui, civil e militar é a mesma coisa, é cidadão. Não há preocupação nos meios políticos sobre se é militar ou se civil: a preocupação é se é melhor ou pior, serve ou não serve, tem competência ou não tem competência. O Ministério da Defesa é para aumentar a nossa capacidade de defesa, para coordenar o que poder ser coordenado, na base das Forças Armadas, para coordenar melhor. É claro que, como Presidente da República, eu tenho o poder de fazer, de criar um ministério. Não fiz isto. Não quis usar as minhas atribuições constitucionais: faça-se. Por que eu não quis isso? Não quis porque essa matéria tem que ser de convergência, como em todos as áreas. Não estou agindo, nas Forças Armadas, diferentemente do que faço em outras áreas. Não acredito na imposição que não seja consentida. Tem que haver consentimento, a gente tem que ganhar as pessoas para a posição, ou, então, as pessoas mudam o meu ponto de vista. Por que não? Se for racional, muda-se.

Então, nós estamos numa fase em que debatemos bastante. Creio que agora convém que o conjunto das Forças Armadas discuta essa matéria e perceba que o objetivo é um só: melhorar as nossas condições de defesa, coordenar o que pode ser coordenado, dar maior racionalidade, tomar cuidado para não criar aí alguma coisa que gaste mais. A minha preocupação não é dinheiro: é eficiência, que não seja de novo uma reburocratização. Não queremos reburocratização: queremos alguma coisa que seja eficiente, que tenha realmente um sentido efetivo. Isso está naquele documento sobre política de defesa nacional que eu aprovei em 96. Está tudo dito lá.

Mas, queria dizer-lhes, de viva voz + aqui estão o General Chefe do Estado Maior, que é o General Leonel, o General Cardoso, da Casa Militar, que acompanharam de perto, foram o dinâmico desse processo, junto com o Ministro Zenildo, com o Almirante Mauro César e com o Brigadeiro Lobo, com os Estados Maiores –, que o objetivo dessa discussão, nem discussão, dessa diretriz é a coordenação e a capacidade de nós atuarmos em conjunto. Acho que agora chegou a etapa de generalização disso, para que o conjunto das Forças Armadas perceba que o objetivo é este. O objetivo não é nomear ministro esse ou aquele ou colocar o civil para cá e o militar para lá. Isso não é o importante para nós. O importante para nós é termos esse espírito de que necessitamos ter uma defesa nacional. Um país que se preze é um país que cuida da sua defesa e que dela cuida como de um problema do país.

A defesa não é um problema das Forças Armadas: é um problema do País. Deve ser a preocupação de todo cidadão consciente e, sobretudo, de todos os líderes deste país, que têm que entender que isso é parte vital da democracia e do aparelho do Estado e a nossa capacidade também de ações. Se necessário for, nós temos que estar bastante preparados para essas ações.

Então, queria aproveitar para lhes dizer que estamos mantendo esse cronograma e que as coisas serão feitas sempre com patriotismo, com espírito de cidadania, com boa-fé e com a vontade de ajudar. E todas as vezes que, por acaso, a boa vontade e a boa-fé me possam ter levado para um caminho equivocado, tenho, sempre tive, o espírito aberto

para ouvir as opiniões contrárias e ver até que ponto elas são verdadeiras ou não e até que ponto se pode chegar a um entendimento bom. Acho que esse exercício que tem sido feito até agora nas Forças Armadas – e não só nas Forças Armadas, porque o Itamaraty está nisso, a Casa Civil está nisso, os Ministérios afins estão também participando desse processo – tem sido um exercício também de democracia e um exercício de patriotismo. Quer dizer, o que é melhor para o Brasil? Desde logo, não tem nada a ver com quaisquer insinuações externas ou por imitação desse ou daquele, até porque há muitas formas de Ministério de Defesa. Nós temos que ter o nosso. O que interessa ao Brasil, para nós, o que é bom para nós vamos fazer com esse espírito.

Tenho certeza de que, também nesse aspecto que lhes diz respeito mais de perto, as mudanças que estão sendo feitas na estrutura do Estado ajudarão a preparar este Brasil para ter o seu destino, no próximo século, mais consolidado como uma grande nação democrática e capaz de atender às necessidades do seu povo e, se possível, de garantir mais felicidade para o povo.

Muito obrigado.